

AS CONTRADIÇÕES DOS MATERIAIS DIDÁTICOS NA ESCOLA BRASILEIRA: OS DESAFIOS NA IMPLANTAÇÃO DA LEI Nº 11.645

Carlos Alberto Machado Gouvea²⁷

Eujacio Batista Lopes Filho²⁸

Neila Souza Leite²⁹

O conhecimento histórico, assim como o fato folclórico, conforme entendemos, em momento algum, assim como o conhecimento científico, esteve acabado ao ser publicado na última obra que pesquisou um fato folclórico ou histórico. Dessa forma, a matéria que dialoga com diversas fontes permite que conclusões e resultados vigentes sejam revisados por uma nova realidade, capaz de modificar nosso olhar sobre os fatos, na dinâmica da investigação. Dessa forma, podemos ver com naturalidade a atualização dos materiais didáticos que tem importância fundamental para o aluno e para o professor.

Entretanto, sabemos que o processo científico e o tempo exigido para a publicação de novos livros, novas perspectivas e novos conceitos, muitas das vezes não estão no mesmo passo das mudanças socioculturais, congelando de certa forma, um conhecimento e tirando a possibilidade do aluno à reflexão crítica e a prática do debate. Essa desconstrução e reconstrução saudável no processo de ensino e aprendizagem são fundamentais na formação do indivíduo em construção sociocultural.

O questionamento sistemático, aos livros e outros materiais didáticos, deve ser visto como um ponto positivo, visto que aprimoram e renovam os processos de ensino e aprendizagem. De outra forma, estaremos potencializando a estagnação cognitiva sobre determinados

²⁷ Mestrando em Ciências da Educação (Universidade Columbia-PY). Vínculo: SEMED e SEDUC (Tucuruí-PA). CV: <http://lattes.cnpq.br/8671154111711220>

²⁸ Graduação em Formação Intercultural para Educadores Indígenas (UFMG). Compõe o grupo de líderes Pataxó desde 1999. Membro da Coordenação de Pesquisa da História, Cultura e Língua Pataxó. CV: <http://lattes.cnpq.br/8071159553748175>

²⁹ Especialista em Administração, Orientação e Supervisão Escolar (UNIASSELVI). Professora Nível Superior B (Tucuruí-PA). CV: <http://lattes.cnpq.br/9534265991031081>

assuntos. Colocando a história como disciplina puramente decorativa, negando a dinâmica cultural.

Nosso intuito nesse trabalho é colocar em pauta os materiais didáticos utilizados no ensino da cultura indígena nas escolas brasileiras, fomentado pela Lei nº 11645, que obriga inserção da história e cultura indígena no currículo escolar em todo o território nacional.

É necessário explicar ao leigo, que a Lei nº 11645, não se refere a cultura indígena a ser ensinada nas aldeias dos povos tradicionais do Brasil, e sim, a cultura do índio ensinada nas escolas do não índio. Essa lei é fruto das lutas dos povos indígenas em prol do direito de contar sua própria história, para dirimir as mazelas provocadas pelo preconceito, racismo, e falta de informação sobre os povos indígenas.

Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena. § 1º O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil. § 2º Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e histórias brasileiras.” (BRASIL, Lei 11.645/08)

Ao abordarmos os materiais didáticos utilizados para aplicação dos conteúdos indígenas, tentemos mostrar que muitas das vezes, materiais como livros, apostilas ou músicas abordam de forma superficial ou apenas como histórica estática. Mostra apenas o índio histórico, dando muito mais importância à narrativa folclórica ou filtrada pelos autores “brancos”. É necessário explicar que o índio histórico é fruto do estudo

historiadores, antropólogos e arqueólogos que buscam incessantemente os fatos científicos que formam a história do índio, fatos que poderão ser adequados, dando contemporaneidade a história, de acordo com as pesquisas. O índio folclórico é aquele que nasce do imaginário popular, da produção artística de dança e música e literatura ligadas a fatos folclóricos, ou seja, da licença poética que vem junto de tudo isso. O índio genérico foi criado por uma política de assimilação, integração onde se nega a existência de centenas de povos com denominações, culturas, religiões e modo de vida totalmente diferentes. O livro didático, até os dias de hoje, foi agente dessa política de generalização do índio.

Mas o que é Folclore? Antes de procurar responder, convém, a título de esclarecimento prévio, dizer o que não é Folclore, uma vez que nunca se usou tanto esta palavra quanto nos dias atuais, e, conseqüentemente, nunca foi tão grande a confusão por parte dos leigos - pessoas instruídas ou não -, que na maioria das vezes emprestam um significado completamente falso ao seu universo de discurso. Neste sentido, o sentido falso, segundo palavras de Renato 1 • Biblioteca Digital Curt Nimuendajú - Coleção Nicolai www.etnolinguistica.org Ahneida, proferidas quando da sessão solene de instalação do V Congresso Brasileiro de Folclore, reunido em Julho de 1963 em Fortaleza, Ceará, «é tudo quanto é exótico, pitoresco, falso, banal. E, pior ainda», esclarece o Secretário-Geral da Comissão Nacional, (chama-se folclore a um comentário ridículo da vida da gente do povo, colocando seu homem como um pasmado diante das paisagens urbanas, e com uma mentalidade acanhada, atilada embora de vez em quando, a fim de manter o clima de hilariedade ... ». « ... De outro lado, o folclore passou a ser o que qualquer um faz, um poeta cria poesia folclórica, um músico compõe folclore, e há bailes folclóricos, desfiles folclóricos, tudo imitação artificial e solerte, falsificando-se os factos legítimos em realizações extravagantes e simplórias, de enervante mau gosto». Completando, o ilustre professor faz sua igualmente ilustrativa afirmação de Nestor de Holanda, ao

dizer: «O Folclore virou fita durex ... serve para tudo». (RABAÇAL, 1967, p. 1).

Não é difícil entender que professores em sua maioria, sempre identifiquem os índios como indivíduos selvagens, ainda nos dias atuais. Na verdade, repassar a ideia do índio “folclórico”, “histórico” ou “genérico”, preso ao passado, fruto do imaginário popular é mais fácil. Porém na maioria das vezes passa uma ideia falsa da realidade. É preciso lembrar que os índios sofreram e sofrem um processo de dominação e assimilação onde é muito melhor para a “sociedade não índia” passar a ideia de um povo sem nada a contribuir com a sociedade brasileira.

[...] uma educação para o reconhecimento do “outro”, para o diálogo entre os diferentes grupos sociais e culturais. Uma educação para a negociação cultural, que enfrenta os conflitos provocados pela assimetria de poder entre os diferentes grupos socioculturais nas nossas sociedades e capaz de favorecer a construção de um projeto comum, pelo qual as diferenças sejam dialeticamente integradas. (CANDAUI, 2008, p. 52)

Os livros didáticos oficiais ainda trazem resquícios da política integralista, assimilacionista. Essa prática traz de volta, de forma subliminar, a exclusão cultural, o que não ajuda e nem reforça as conquistas dos povos indígenas. Soares (2002), alerta para a produção e distribuição dos livros oficiais entregues nas escolas brasileiras, em sua obra “Livro didático: Uma história mal contada”.

Na constituição de 1988, o índio conquistou o direito de ser índio sem abdicar do fato de ser brasileiro, e por isso, quer que todos conheçam a verdadeira cultura indígena, sua contribuição na formação da língua falada no Brasil, na culinária, nas tecnologias, na farmacologia, na saúde e nos costumes de todos os brasileiros.

Os livros didáticos são, incontestavelmente, instrumentos privilegiados no cenário educacional brasileiro e internacional, pois são eles que, verdadeiramente, estabelecem grande parte das condições materiais para o ensino e a aprendizagem nas

salas de aula de muitos países através do mundo’
(APPLE, 1995, p. 81).

Ao fornecer estas condições, eles acabam sendo os fiéis depositários dos saberes provenientes das diferentes disciplinas escolares. (GATTI JR, 2004. p. 27).

É necessário lembrar que quando os portugueses invadiram a América do Sul, não existia um povo chamado “povo brasileiro”. Esse fora formado pela convivência de negros, brancos, índios e migrantes que vieram às terras brasileiras. Esse fato nos traz a notícia que somos biologicamente, em parte, indígena, temos em nosso DNA as marcas dos primeiros habitantes do continente americano. É preciso que os materiais didáticos tragam ao estudante, o debate sobre a verdadeira história e cultura indígena no Brasil.

Por que será que, durante séculos, os povos indígenas do Brasil não precisaram da escrita? [...] De 1300 línguas indígenas, faladas na época em que os portugueses chegaram ao Brasil, restam hoje apenas cerca de 170. Reflitam: quais as causas do desaparecimento de tantas línguas? (SOARES, 2002, p. 244)

As reflexões sobre os materiais didáticos e suas inadequações, não devem ser voltadas somente sobre os livros, há várias modalidades de materiais que utilizamos e passam despercebidos como: músicas, apostilas e jogos, todos com potencial para o processo de ensino e aprendizagem.

Sabemos que na infância as crianças não prestam muita atenção às letras das músicas, porém a repetição sistemática faz com que seja impossível não se lembrar das letras e melodias. Certas músicas que usamos para ensinar conteúdos sobre a cultura indígena, na verdade ridicularizam e até mesmo perpetuam preconceito, estereótipos e desinformação sobre o cidadão indígena. Veja a análise da música mais usada na comemoração do dia do índio

Vamos brincar de índio
Mas sem mocinho pra me pegar
Venha pra minha tribo
Eu sou cacique, você é meu par
Índio fazer barulho
Índio ter seu orgulho
Venha pintar a pele para a dança começar
Pego meu arco e flecha
Minha canoa e vou pescar
Vamos fazer fogueira
Comer do fruto que a terra dá
Índio fazer barulho
Índio ter seu orgulho
Índio quer apito
Mas também sabe gritar...

FIGURA N.º 1 LETRA DA MÚSICA VAMOS BRINCAR DE ÍNDIO
- FONTE SS MUSIC .

“*Vamos brincar de índio, mas sem mocinho pra me pegar*”, a frase remete aos filmes antigos de faroeste, onde o mocinho xerife perseguia o índio, ou seja, nossa velha brincadeira de “polícia e ladrão”.

“*Venha pra minha tribo, eu sou o cacique, você é meu par*”. O conceito de tribo não se aplica aos povos indígenas, não mais.

“*Índio fazer barulho ooooo! Índio ter seu orgulho ooooo!*”. A frase trás os verbos “fazer e ter” no infinitivo para dar impressão pejorativa.

“*Pego meu arco e flecha, minha canoa e vou pescar. Vamos fazer fogueira, comer de tudo que a terra dá*”. Essas frases congelam o índio na época do descobrimento. Não traz contemporaneidade ao índio.

“*Índio quer apito, mas também sabe gritar*”. Essa frase foi originada em uma piada pornográfica, relacionada ao índio.

“*Índio já foi um dia, o dono dessa terra, terra!*”

Os indígenas já viviam nas terras onde hoje é o Brasil milhares de anos antes da chegada dos portugueses. Apesar disso, com poucas exceções, aparecem nos

livros escolares. E, muitas vezes, são mostrados apenas como vítimas, e não como sujeitos da História. Além disso, diferentes povos indígenas são muitas vezes chamados pelo nome de índio, como se fossem todos iguais. (RIBEIRO, 1995, p. 202)

Nossa análise, ao leigo, pode parecer exagerada, mas a música não agrada nenhum povo indígena, perguntado por este autor. Não estamos aconselhando o abandono de todos os materiais didáticos já utilizados, e sim a adequação dos mesmos. Para exemplificar a nossa narrativa, veremos a adequação da música mais conhecida na educação infantil, para não passar conceitos errados às crianças.

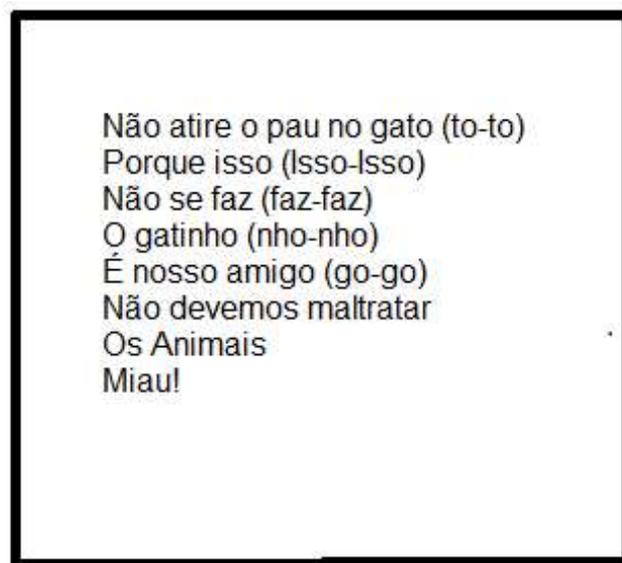


figura nº 2 musica adaptada- fonte ss music

O maior desafio dos autores indígenas será concorrer com a folclorização dos mitos indígenas, visto que muitas lendas relacionadas ao índio estão revestidas de elementos do imaginário popular, folclore, adaptações para explicar momentos e processos socioculturais históricos. Como exemplo, o mito Guarani de Jaxy Jaterê, menino indígena que morava nas matas que protegia a floresta.

Segundo (GRAÚNA, 2013, p. 158), o Saci é um:

[...] protetor dos homens e das matas, ou como personagem que se identifica com quem se vê ou se sente diferente, ou até mesmo deslocado dentro ou fora da aldeia. Na sua alteridade, o Saci indígena

não usa gorro. Têm as duas pernas e carrega no pescoço um colar, ou baêta.

Olívio Jekupé, autor da obra *Kamba'i*, literatura indígena utilizada como proposta de ensino intercultural, afirma que “Jaxy Jaterê, ele é o protetor da floresta. Então, na aldeia a gente já tem esse conhecimento de história, que a gente sempre ensina pras crianças”. Continua Olívio: O nosso personagem Jaxy Jaterê, ele não é um folclore, ele é uma história viva, que é contada até os dias de hoje”.

Para os especialistas, o Folclore é o estudo da cultura, definida esta como o sentir, pensar, agir e reagir de um povo. Entretanto, como bem esclarece Rossini Tavares de Lima, «O Folclore não estuda a cultura integral de um povo, mas (Hnente a chamada cultura popular. A cultura daqueles grupos sociais ou coletividades rurais e mesmo urbanas, que sentem, pensam, agem e reagem com a melhor e maior espontaneidade, sem que a isso sejam levados de maneira direta, por influência do pensamento erudito, que é difundido pelas escolas, academias, faculdades, igrejas e instituições secundárias em geral». Esta cultura espontânea, que tem como outra característica o poder de motivação, pelo qual os factos são constantemente vividos e revividos, o que lhes dá uma funcionalidade que é a resultante da troca de experiências do homem com o seu semelhante, desde o nascimento até a morte, e que se diferencia nas sociedades civilizadas da cultura erudita, oriunda das instituições citadas, tanto se pode apresentar no plano material como no espiritual. (RABAÇAL, 1967, p. 2).

Como podemos perceber, existe uma saturação muito grande nos contos folclóricos, de elementos da realidade cultural, imaginário popular, um pouco mais contemporânea à formação das culturas indígenas, que apresentam disputas entre as diferentes tradições. Os conflitos entre folcloristas e outros cientistas sobre os registros folclóricos são fruto da conceituação, dialogia e métodos diferenciados, muitas vezes ideológicos e direcionados.

Sua análise deve ser acompanhada de reflexão sobre as condições de sua produção e o momento social ao qual a obra se refere ou foi produzida. Não estamos de forma nenhuma, negando o fato folclórico, porém abrimos um parêntese para separar a cosmologia dos povos indígenas, das construções e narrativas do imaginário popular do povo Brasileiro.

O que estamos tentando repassar com nossa narrativa é que estamos ensinando, contando a história e a cultura do índio sobre o viés poético, sobre o imaginário do homem “branco”.

Historicamente, o “branco” sempre determinou o que o índio teria que aprender sobre a cultura europeia, contudo nunca se perguntou ao índio o que ele gostaria que o “branco” aprendesse sobre a cultura indígena. A lei 11645 vem tentar corrigir essa distorção provocada pelo processo de dominação europeia. A narrativa do próprio índio elucidará sua verdadeira condição histórica e sociocultural. Segundo Dr. em Antropologia, LUCIANO BANIWA, índio do povo Baniwa:

Historicamente os índios têm sido objeto de múltiplas imagens e conceituações por parte dos não-índios e, em consequência, dos próprios índios, marcadas profundamente por preconceitos e ignorância. Desde a chegada dos portugueses e outros europeus que por aqui se instalaram, os habitantes nativos foram alvo de diferentes percepções e julgamentos quanto às características, aos comportamentos, às capacidades e à natureza biológica e espiritual que lhes são próprias. Alguns religiosos europeus, por exemplo, duvidavam que os índios tivessem alma. [...] Dessa visão limitada e discriminatória, que pautou a relação entre índios e brancos no Brasil desde 1500, [...] A sociedade brasileira majoritária, permeada pela visão evolucionista da história e das culturas, continua considerando os povos indígenas como culturas em estágios inferiores, cuja única perspectiva é a integração e a assimilação à cultura global[...] Um mundo que se auto define como moderno e civilizado não pode aceitar conviver com essa ausência de democracia racial, cultural e política. Como se pode ser civilizado se não se aceita conviver com outras civilizações? Como se pode ser culto e sábio se

não se conhece – e o que é bem pior – não se aceita conhecer outras culturas e sabedorias? Enquanto isso não acontece, continuamos convivendo com as contradições em relação aos povos indígenas, as quais podemos resumir na atualidade em três distintas perspectivas sociais. A primeira diz respeito à antiga visão romântica sobre os índios, presente desde a chegada dos primeiros europeus ao Brasil. É a visão que concebe o índio como ligado à natureza, protetor das florestas, ingênuo, pouco capaz ou incapaz de compreender o mundo branco com suas regras e valores. O índio viveria numa sociedade contrária à sociedade moderna. Essa visão criada por cronistas, romancistas e intelectuais, desde a chegada de Pedro Álvares Cabral em 1500, (LUCIANO, 2006, p. 36).

É necessário que façamos uma reflexão sobre os pensamentos relatados acima, visto que os mesmos provem de estudos antropológicos feitos e pesquisados pelos próprios índios e apontam as aspirações de centenas de povos originários do nosso Brasil.

CONSIDERAÇÕES

Os desafios a serem superados ainda é na maioria das vezes, o descaso com a Lei nº 11.645, como ela está sendo utilizada dentro das escolas brasileiras. Temos a impressão de que podemos escolher não levar a sério a lei. Podemos observar que mesmo os livros fiscalizados pelo PNLD, ainda deixam a desejar na proposição de implantação da cultura indígena nas escolas. Continuamos, na maioria das vezes, vendo a cultura do índio pelo viés poético ou político do “branco”.

Devemos propor políticas públicas que incentivem os autores indígenas, que vivem as dificuldades de publicar e inserir suas obras na realidade educacional brasileira. Não para o congelamento da cultura, visto que ela é dinâmica, mas para termos a narrativa através da visão mítica e não poética. Os indígenas devem ter o direito de escrever sua história e histórias, adequando os fatos na sua própria visão de mundo.

Necessitamos propor uma pedagogia que separe folclore da cultura indígena, para podermos dar a devida importância a ambos, dentro das

especificidades de cada um. É necessária a capacitação dos professores a fim de poderem trabalhar com os materiais didáticos de forma crítica, a fim de adequar o que não estiver dentro da proposta da lei, e produzir seus próprios materiais.

Trabalhar a cultura indígena é realmente um desafio, visto que fomos educados para discriminar e não para acolher o outro como ele é. Esperamos assim que esse trabalho possa somar subsídios para pesquisas mais aprofundadas sobre o assunto ainda tão pouco estudado.

REFERENCIAS

BRASIL. **Lei nº 10.639 de 09 de janeiro de 2003**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2003/L10.639.htm>, acesso em 10 de julho de 2009. BRASIL. Lei nº 11.645 de 10 de março de 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11645.htm

BRASIL. **Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996**. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>>

BRASIL. **Lei nº 11.654 de 15 de abril de 2008**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11654.htm CANDAU, VERA MARIA. **Direitos humanos, educação e interculturalidade: as tensões entre igualdade e diferença**. Revista Brasileira de Educação, v.13, nº37 jan/abr. 2008.

CANDAU, Vera Maria. **Direitos humanos, educação e interculturalidade** as tensões entre igualdade e diferença. Revista Brasileira de Educação, v.13, nº37 jan/abr. 2008.

GATTI JR, Décio. **A escrita escolar da História** livro didático e ensino no Brasil (1970- 1990). Bauru - SP: Edusc, 2004.

LARAIA, R. B. Cultura: um conceito antropológico. 21.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

LUCIANO, Gersém José dos Santos. **O Índio Brasileiro: O que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de Hoje**. 1. ed. Brasília: MEC/SECAD MUSEU NACIONAL/UFRJ, 2006. v. 1. 232p.

RABAÇAL, Alfredo João. **Influências indígenas no folclore brasileiro**. Barcelos: Museu de Cerâmica Popular Portuguesa, 1967. (Cadernos de Etnografia, 5).

RABAÇAL, Alfredo João. **Os conceitos de folclore e etnografia em Portugal e Brasil**. Barcelos: Museu de Cerâmica Popular Portuguesa, 1968. (Cadernos de Etnografia, 5).

SOARES, M. **Letramento: um tema em três gêneros**. Belo Horizonte: Autêntica, 1998b.